

# UMA MIRADA SOBRE A PRODUÇÃO DE INVENTÁRIOS DE ARQUITETURA MODERNA NO BRASIL<sup>1</sup>

A VIEW ON THE PRODUCTION OF MODERN ARCHITECTURE INVENTORIES IN BRAZIL

KALINE ABRANTES GUEDES, NELCI TINEM (*in memoriam*)

## RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar resultados preliminares alcançados em uma pesquisa sobre inventários de arquitetura moderna no Brasil a partir da análise de suas fichas de registro. Esses resultados fazem parte de uma tese de doutoramento e têm como objetivo, por sua vez, refletir sobre os fundamentos teóricos e os instrumentos que orientam a prática e a produção dos inventários. Estão sendo identificados, localizados, coletados e analisados variados inventários de arquitetura moderna produzidos no País e interessa discutir: qual seria o lugar a partir do qual se instauram os métodos para elaboração dos inventários? Quais documentos e questões têm sido privilegiados e negligenciados? Quais as especificidades de um inventário da produção moderna – arquitetura experimental que propunha romper paradigmas e utilizava avanços tecnológicos no limite? Qual a extensão da importância dos modelos difundidos pelo Docomomo e como estão sendo contempladas as discussões e estudos teóricos recentes sobre temas correlatos? Qual o papel do inventário moderno e como esse instrumento de preservação e documentação pode contemplar as peculiaridades dessa produção para atuar na sua preservação? Faz-se necessário pensar e repensar o papel dos inventários na escrita da história e seus objetivos e métodos, de forma a avançar na produção do conhecimento, avaliando-o constantemente, enfrentando novos problemas, incluindo novos questionamentos e alimentando as desconfianças.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arquitetura Moderna. Documentação. Historiografia. Inventários. Preservação.

## ABSTRACT

*The objective of this article is to present the preliminary results obtained in a survey about modern architecture inventories in Brazil from the analysis of their record sheet. These results are part of a doctoral thesis, whose purpose is to reflect on the theoretical foundations and the instruments that guide the practice and the production of these inventories, that are being identified, located, collected, and analyzed. It is important to discuss: what would be the place from which the methods for preparing these inventories are being established, which documents and questions have been privileged and neglected; which would be the specificities of an inventory of modern production – experimental architecture that proposed to break paradigms and to use technological advances to the limit; the extent of the importance of the models disseminated by Docomomo and how recent discussions and theoretical studies on related topics are being considered; the role of the modern inventory and how this instrument of preservation and documentation can contemplate these peculiarities to act in the preservation of this production. It is necessary to think and rethink the role of inventories in the writing of history, their objectives and methods, in order to advance in the production of knowledge, constantly evaluating them, facing new problems, including new questions, and fueling questioning.*

**KEYWORDS:** Modern Architecture. Documentation. Historiography. Inventory. Preservation.

## INTRODUÇÃO

**OS INVENTÁRIOS TÊM** sua utilização amplamente aconselhada por órgãos, organizações e legislações patrimoniais como medida de salvaguarda, e foram se constituindo, ao longo do tempo, como instrumentos para o registro de bens móveis e imóveis, materiais e imateriais.

A produção moderna, todavia, relativamente recente e nem sempre localizada em núcleos protegidos pela legislação patrimonial, ainda encontra obstáculos para sua proteção. Diante desses entraves, órgãos e organizações preocupados com a sua conservação arquitetônica e urbanística têm se empenhado em ampliar sua visibilidade e seu reconhecimento, com a finalidade de garantir que exemplares importantes dessa produção sejam poupados da voracidade das transformações urbanas contemporâneas e que a existência deles seja garantida à posteridade como testemunhos de sua história e memória.

O interesse em questionar os objetivos e os instrumentos dos inventários de arquitetura surgiu enquanto pesquisadora do Laboratório de Pesquisa Projeto e Memória (LPPM) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e diante do desafio de sistematização do acervo da arquitetura moderna produzida na Paraíba. Os inventários de arquitetura moderna produzidos no Brasil passaram a ser o objeto empírico de uma proposta de tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da UFPB, cuja ideia era fazer uma leitura indiciária partindo da premissa de compreensão desses inventários como documentos historiográficos. Algumas questões e inquietações foram surgindo no percurso e evidenciaram a necessidade de se repensar a prática de inventariação da arquitetura moderna no Brasil, como por exemplo: O que são inventários de arquitetura? Quais são seus objetivos? Esses objetivos estão claros e explícitos? Como são feitos? Há uma prática estabelecida? Quais suas bases? Por que, para que e para quem inventariar? O que justifica o inventário: visibilidade, reconhecimento, salvaguarda? Qual a sua forma e conteúdo? O que eles revelam? Que resultados têm sido alcançados com os inventários de arquitetura moderna? Os objetivos propostos têm sido alcançados? Para que e para quem servem? Para a escrita da história? Para subsidiar intervenções? Para induzir políticas públicas?

A discussão central proposta como objeto teórico do trabalho de doutoramento passou a ser a elaboração de uma reflexão sobre o processo de inventariação de arquitetura, seus fundamentos teóricos e os instrumentos utilizados para sua prática. Essa reflexão se mostrava relevante diante da larga utilização desse instrumento por órgãos e organizações patrimoniais que o colocavam em posição de destaque, justificando mais uma vez a continuidade e ampliação dessa discussão. O objetivo deste artigo, por sua vez, é apresentar os resultados preliminares alcançados na pesquisa sobre os inventários de arquitetura moderna no Brasil, a partir da análise de fichas de registro e de documentação.

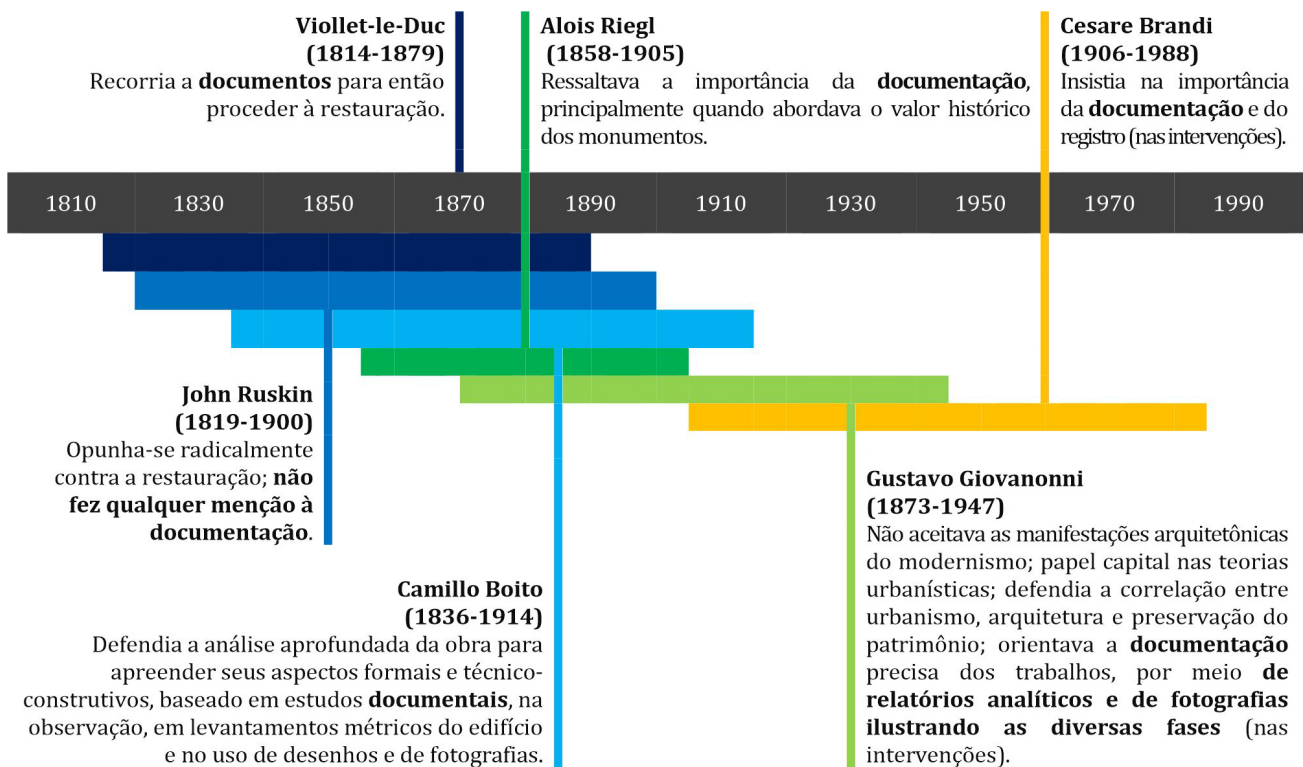
## REFERENCIAL TEÓRICO

A tese “Inventários de arquitetura moderna no Brasil: desnaturalizando uma prática estabelecida” (GUEDES, 2018) deu origem a esse artigo. Como parte do seu referencial teórico buscou-se: conceituar e contextualizar, teórica e historicamente, a prática de inventariação da arquitetura; verificar a presença ou a ausência dos inventários nos postulados dos estudos teóricos clássicos sobre preservação e nas cartas patrimoniais; entender a relação particular que se construiu entre a arquitetura moderna, o patrimônio e os inventários no Brasil; discorrer sobre a existência de especificidades na produção arquitetônica moderna, na teoria e na prática de preservação dessa produção e em seus inventários; contextualizar teórica e historicamente a prática de inventariação da arquitetura no Brasil.

A etapa inicial da construção desse referencial consistiu na localização e análise dos conceitos do vocábulo “inventário”. As principais definições<sup>2</sup> utilizadas ao longo do trabalho foram identificadas junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (c2014)<sup>3</sup>, ao dicionário Michaelis (INVENTÁRIO, c2021)<sup>4</sup>, à Constituição Federal (BRASIL, 1988)<sup>5</sup> e ao promotor Marcos Miranda (MIRANDA, 2008)<sup>6</sup>.

Os inventários de arquitetura surgiram com finalidades contábeis ou estatísticas, ainda na Antiguidade, e com a intenção de registro de exemplares para fins construtivos, documentais, cadastrais ou simbólico-artísticos (OLIVEIRA, 2008). Os inventários culturais, entretanto, estão diretamente relacionados à formação dos estados nacionais, ao aprimoramento de técnicas de registro, à regulamentação de métodos de documentação arquitetônica, à valorização dos remanescentes da antiguidade clássica greco-romana e ao amadurecimento de noções ligadas ao restauro, eventos ocorridos principalmente a partir do Renascimento e que estabeleceram as bases para as ações culturais do século XIX. Choay (2001) afirma que, em 1789, durante o período da Revolução Francesa, a tomada dos bens da monarquia e do clero gerou a necessidade de se elaborar um método para inventário e gestão da chamada “herança”. Essa atitude resultou na criação de uma “Comissão dos Monumentos”, em 1790, que tinha como principais funções: tomar as diferentes categorias de bens “recuperados” pela nação e inventariar cada categoria para fazer um balanço sobre o estado em que se encontrava cada um dos bens do acervo. A partir de então, os inventários culturais foram se estabelecendo como uma prática de documentação na Europa. Na Alemanha, por exemplo, por volta de 1860 passou-se a elaborar um inventário sistemático que atingiu números consideráveis na classificação de seus bens (AZEVEDO, 1987). A institucionalização dos primeiros museus portugueses a partir da metade do século XIX, e a restauração de algumas obras de arte com preocupações documentais e científicas no início do século XX, marcaram a transição do caráter da restauração, da preservação, da conservação e também da inventariação no país (INSTITUTO DA HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA, 2010).

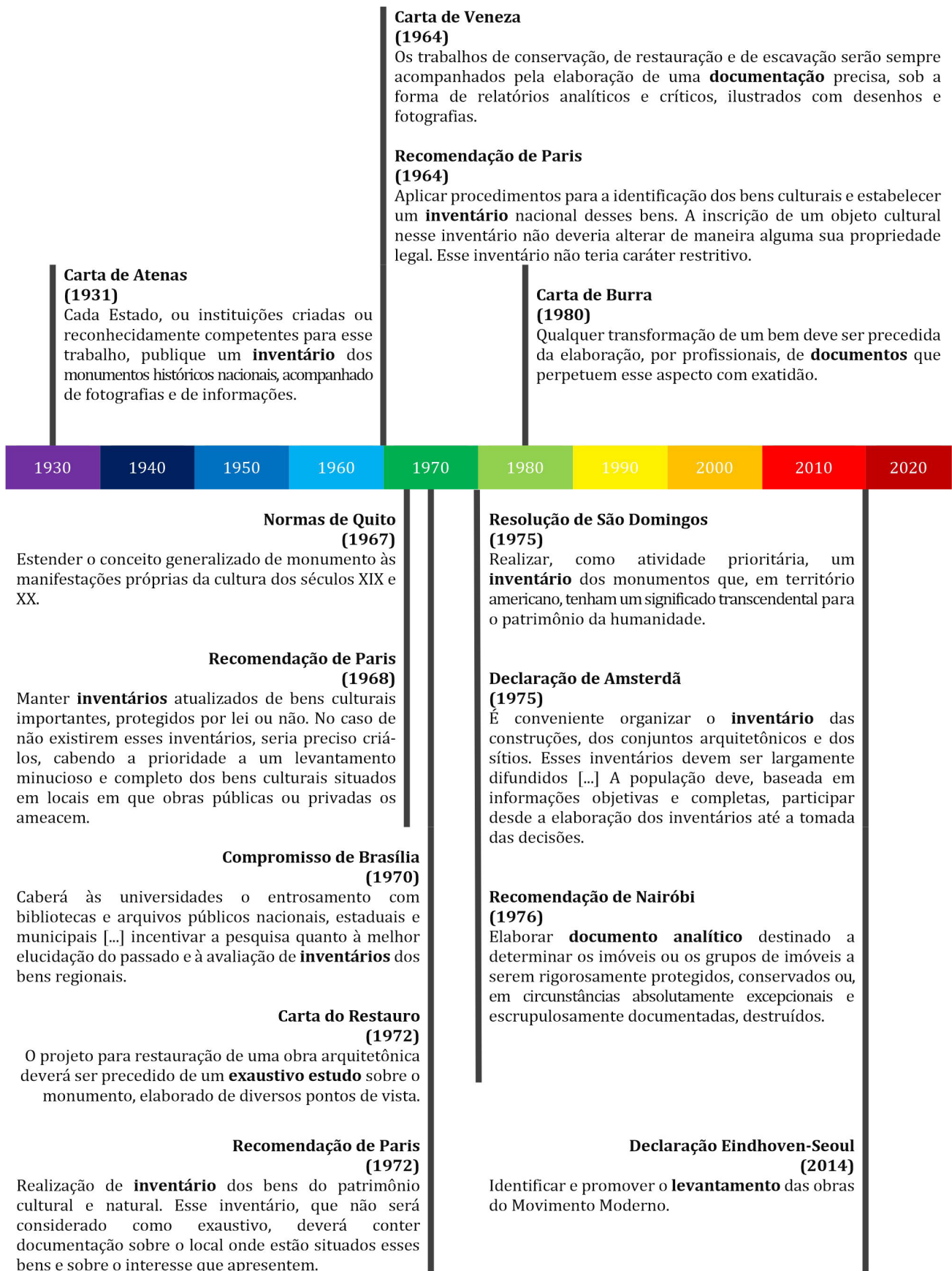
Ao longo dos anos se construiu uma estreita relação entre a restauração, a preservação, a conservação do patrimônio e os inventários. A leitura e a análise dos escritos dos principais teóricos dedicados ao tema tornaram-se fundamentais para a compreensão desse processo. A *Figura 1* consiste em um gráfico-síntese da aparição do termo “documentação” nesses postulados, pois, de um modo geral, nos escritos desses teóricos não foi identificada a utilização literal do termo “inventário”. Porém, constatou-se, na maioria deles, a referência aos elementos que comumente constituem esses instrumentos: relatórios, descrição de aspectos formais, históricos, artísticos, culturais, técnico-construtivos, além de desenhos, croquis, fotografias etc. Esses elementos são listados nos escritos como relevantes para quaisquer processos de restauração, preservação e conservação de bens culturais, e o instrumento “inventário” trata-se, sem dúvida, de uma ferramenta condensadora dessas informações.



**FIGURA 1** – Gráfico-síntese da aparição do termo “documentação” nos Postulados dos Estudos Teóricos Clássicos selecionados para análise.

Fonte: Guedes (2018).

As cartas patrimoniais são constituídas de recomendações às administrações de diferentes instâncias – municipais, estaduais e/ou federais. Atualmente existem 44 cartas patrimoniais à disposição para consulta no site do IPHAN (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, c2014). Após a leitura das que estão disponíveis no portal do órgão, complementadas pela Declaração Eindhoven-Seoul – publicação resultante de conferências do Docomomo Internacional (c2021) –, partiu-se para um exame mais detalhado daquelas que faziam menção aos inventários, listadas na *Figura 2*. O termo “inventário” foi utilizado com frequência nesses escritos, enfatizando-se a sua importância e os elementos que deveriam constituirlos.



**FIGURA 2 –** Gráfico-síntese com a aparição do termo “inventário” e similares em algumas das Cartas Patrimoniais selecionadas para análise.

Fonte: Guedes (2018).



Também como parte do referencial teórico, mostrou-se necessário entender a relação que se construiu entre a produção moderna, o patrimônio e os inventários de arquitetura no Brasil; e a existência, ou mesmo ausência, de especificidades na produção moderna, na sua teoria e prática de preservação e em seus inventários. Sucintamente, o movimento moderno surgiu na Europa nos primeiros anos do século XX, imerso numa percepção temporal diferenciada – ruptura entre passado e presente (BOITO, 2008; PRUDON, 2008) –, e em meio a uma revolução industrial e tecnológica sem precedentes, marcada pelo aparecimento e experimentação de novos materiais e técnicas construtivas que rapidamente tornavam-se obsoletos, revelavam falhas imprevistas e davam lugar quase que imediatamente a outros materiais e técnicas.

Para Prudon (2008), esse movimento floresceria na América Latina, sobretudo, no período posterior à Segunda Guerra Mundial, quando a deliberada procura por expressões regionais do modernismo, perseguida por arquitetos locais, era parte das intenções dos novos regimes políticos que abraçavam o modernismo como símbolo de ruptura com o passado. O Brasil foi um dos países da América Latina que atravessou um intenso ciclo de mudanças a partir das últimas décadas do século XIX, e passou a buscar elementos culturais que lhe trouxessem afirmação e identidade. Essa busca passou a se mover entre lugar, tradição e modernidade, resultando em uma produção de envergadura reconhecida em publicações nacionais e internacionais. As contribuições desse movimento para o Brasil não podem ser ignoradas, assim como não se pode negar que alguns dos principais personagens responsáveis pela implementação dos seus ideais no País estavam diretamente vinculados ao órgão de preservação do patrimônio nacional fundado na primeira metade do século XX e às primeiras ações de reconhecimento, preservação e restauração do País.

Prudon (2008) afirma que a preservação da arquitetura moderna também teve início na Europa e que esse interesse por edifícios modernistas como símbolos patrimoniais, entre os anos 1950-1960, ocorreu quando mudanças insensíveis e demandas por manutenção começaram a ameaçar bens de significância do movimento. O autor afirma que esses primeiros interesses patrimoniais cresceram lentamente e foram reforçados por revisões em legislações e pelo aumento de tentativas governamentais de identificar importantes edifícios do período. Todavia, o reconhecimento desse passado recente como herança só ganharia impulso definitivamente a partir dos anos 1990, e a fundação do Docomomo, no final da década anterior, teve papel relevante nisso.

No Brasil, contudo, as primeiras iniciativas de salvaguarda do patrimônio moderno ocorreram antes das europeias e por motivos distintos dos acima expostos. Em 1947, por exemplo, ocorreu o tombamento da Igreja de São Francisco de Assis, na Pampulha (MG); em 1948, ocorreu o tombamento da edificação e do acervo do Ministério da Educação e Cultura, também conhecido como Palácio Capanema (RJ); em 1956 e 1959, respectivamente, ocorreram os

tombamentos da Estação de Hidroaviões (R) e do Catetinho (Brasília), todos antes da década de 1960.

Quais seriam então as justificativas para o tombamento de uma arquitetura tão precoce, que ainda estava em vias de formação e produção, sobre a qual a espessura do tempo não havia se manifestado? Não era a ameaça de perda, nem a urgência de sua documentação, pois o acesso aos projetos arquitetônicos, executivos e complementares era teoricamente fácil e muitos dos profissionais e escritórios envolvidos nesses projetos ainda estavam vivos e atuantes. Possivelmente era a noção de valor apresentada no início do século XX por Dvořák (2008) e Riegl (2014). Prudon (2008) a ratifica ao afirmar que critérios primários de seleção, como tempo e raridade, estavam desaparecendo e dando lugar a julgamentos acerca do que é realmente importante e do que está ao alcance.

Sobre a inventariação de bens culturais no Brasil, Azevedo (1987, p. 82) afirma que foi com Mário de Andrade que esse problema foi “colocado em sua verdadeira dimensão”. Encarregado pelo ministro Capanema, em 1936, de realizar estudos sobre a organização do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, criado em 1937 sob a direção de Rodrigo de Andrade, teve início oficialmente a realização do inventário do patrimônio brasileiro. Entretanto, passados 50 anos da criação do órgão, em artigo publicado na “Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”, Azevedo (1987, p. 83) ainda reivindicava *status* de maior importância para o inventário e criticava o pouco privilégio desse instrumento no país ao afirmar que estando “subordinado ao tombamento, o inventário não teria, porém, o desenvolvimento que seria desejável”. Para Santos (2014), foi somente a partir da década de 1980 que começaram a surgir, no IPHAN, trabalhos envolvendo o registro de bens não tombados. Antes dessa data e em função do não reconhecimento oficial do inventário como instrumento de salvaguarda, o registro era exclusivo às obras tombadas ou em vias de tombamento.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como parte dos procedimentos metodológicos, as iniciativas de inventariação da arquitetura moderna produzida no país foram identificadas, localizadas, selecionadas e analisadas. Para a etapa de “identificação”, mostrou-se necessária a construção de um conceito preliminar de inventário, realizada a partir da síntese das matrizes apresentadas no referencial teórico. Passou-se a compreender um inventário como: um instrumento legal – de caráter não restritivo –, e documental de preservação; ou seja, de conscientização, de formação de uma mentalidade, uma atitude política – individual ou coletiva, particular ou institucional –, com o objetivo de proteger, salvaguardar e valorizar o patrimônio; uma coleção, um catálogo, uma relação de dados, de informações inter-relacionadas; ou seja, que não pode se configurar como um registro único, de uma obra específica, sendo facultativa – mas aconselhada –,

a utilização da ferramenta auxiliar do banco de dados para o agrupamento, a manipulação e a visibilidade dessas informações; uma descrição detalhada e pormenorizada dos bens de modo que haja subsídios suficientes à preservação. Os inventários não precisam, necessariamente, ter a forma de uma ficha ou formulário, mas é importante que haja, pelo menos, um roteiro de perguntas que facilite a coleta sistemática e a organização das informações necessárias ao cumprimento dos objetivos principais, que precisam estar definidos com clareza, assim como os critérios de seleção das obras – relacionadas ao seu valor e significância, elementos que sustentam a escolha do bem, que lhe dão destaque e a razão para a preservação. Os objetivos subsequentes dos inventários, inclusive o tipo de produção a ser contemplado, também precisam estar claros para que se possam traçar novas diretrizes e complementá-las com informações específicas de modo a atender esses objetivos. Por fim, profissionais diretamente vinculados aos órgãos de preservação e às academias ainda predominam entre os sujeitos aptos à tarefa de inventariação, mas sugere-se a ampliação dessa tarefa ao público em geral, conforme recomendações da Constituição Federal (BRASIL, 1988) e de algumas cartas patrimoniais analisadas.

Na sequência, ocorreram as ações para “localização” do objeto empírico da pesquisa nas seguintes fontes: (1) no portal oficial do IPHAN, órgão responsável pela inventariação dos bens arquitetônicos de interesse nacional; (2) no portal do Docomomo Brasil (DOCOMOMO BRASIL, 2016), organização dedicada à documentação da produção moderna nacional; (3) nas edições do Seminário Docomomo Brasil; (4) nas edições do Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação; (5) nas bibliografias dos trabalhos publicados nesses eventos; e (6) em portais da *internet*. Sobre essas fontes, eram realizadas subsequentes triagens através do permanente cotejo entre os conceitos estudados no referencial teórico e o objeto empírico.

Foram, enfim, “selecionadas” para análise aquelas iniciativas de inventariação que: (1) manifestavam preocupação com a preservação, entendendo que, ao fim e ao cabo, esse é um dos objetivos primordiais desse tipo de documentação arquitetônica; (2) realizavam pesquisas e levantamentos sistemáticos de bens arquitetônicos da produção moderna de forma pormenorizada; (3) configuravam-se como uma coleção, um catálogo, uma longa enumeração de bens composta por informações de natureza diversa e capazes de subsidiar a preservação; e (4) apresentavam “fichas” ou “roteiros de perguntas” que facilitassem a coleta sistemática das informações necessárias ao cumprimento dos objetivos. É imprescindível destacar que o acesso às fichas catalográficas ou aos roteiros de perguntas elaborados pelos coordenadores dos trabalhos selecionados foi essencial à etapa de análise, consistindo em um último passo para a escolha dos exemplares.

O referencial teórico e metodológico construído ao longo do trabalho foi formatando o olhar e definindo o que se pretendia enxergar nos inventários



selecionados. Durante a etapa de “análise” desses inventários, e aproximando-se das lições historiográficas de De Certeau (1982) e Ginzburg (1989), interessava observar: (1) conceituações, objetivos, justificativas e metodologias; (2) sujeitos (quem fala), lugares (de onde falam) e discursos (o que falam) a partir dos quais foram elaborados os inventários; (3) forma e conteúdo; (4) pormenores, especificidades e informações identificadas nas entrelinhas de cada um dos inventários, contempladas ou omitidas, além das justificativas utilizadas para a escolha das obras inventariadas e das informações que eram coletadas acerca dessas obras; e (5) existência de correspondência entre a fundamentação teórico-metodológica e a prática de inventariação. Esses foram os principais critérios de análise do trabalho que, aplicados ao objeto empírico, objetivavam pensar e repensar o papel dos inventários na escrita da história, além de discutir e refletir sobre os seus objetivos e métodos.

## DISCUSSÃO ANALÍTICA

O *Quadro 1* apresenta as quinze iniciativas nacionais de inventariação selecionadas para análise. As quatro primeiras correspondem àquelas oriundas de órgãos e organizações nacionais dedicados ao registro de bens culturais. As nove seguintes foram trabalhos produzidos para eventos científicos, sendo que quatro deles se autodenominaram inventários, três apresentaram termos como “documentação”, “preservação” e/ou “patrimônio” em seus títulos; e dois apresentaram, em seus resumos, indícios de que se tratavam de iniciativas de registro e documentação da produção moderna. As duas últimas iniciativas apresentadas na *Quadro 1* correspondem a livros dedicados ao registro da produção moderna.

Ao longo das pesquisas e seleção das iniciativas de inventariação, principalmente daquelas produzidas em eventos científicos e livros, foi recorrente a tentativa de delimitação temática e geográfica do universo a ser abarcado, o que era, em muitos casos, facilmente compreendido diante do vasto número de obras modernas a serem registradas e dos territórios de dimensões vastas. Nas iniciativas apresentadas na *Quadro 1*, por exemplo, observou-se que a maioria dos trabalhos se propôs a registrar obras de uma determinada localidade; seis se propuseram a registrar tipologias arquitetônicas específicas, como residências, indústrias, edifícios públicos, da saúde ou educacionais; e um dedicou-se às obras de um arquiteto específico.

Como parte do processo analítico, as iniciativas nacionais de inventariação da produção moderna, principalmente as produzidas em eventos científicos, passaram a ser mapeadas (*Figura 3*) na intenção de se perceber sua disposição geográfica, o que revelou uma maior concentração dessas iniciativas nas capitais, na costa leste do país e nas regiões nordeste e sudeste, onde também se concentravam as principais instituições – universidades, grupos de pós-graduação e pesquisa e sedes dos núcleos regionais do Docomomo –, e profissionais produtores dessas informações.

**QUADRO 1** – Iniciativas de inventariação selecionadas para análise.

Estado	Número de Identificação do trabalho selecionado	Fonte		Tipo de registro	Título do trabalho	Coordenador
BR	[1]	Site	Órgãos e Organizações		Inventário SICG/IPHAN	IPHAN
	[2]	Site			Inventário Docomomo Brasil	Docomomo
	[3]	Site			Inventário ICOMOS Internacional	ICOMOS
BA	[4]	Docomomo Bahia + Pesquisa	Órgãos e Organizações		Inventário do Patrimônio Arquitetônico e Urbano da Modernização Soteropolitana	Ana Carolina Bierrenbach
CE	[5]	Artigo 9º Docomomo	Eventos Científicos		Inventário da Arquitetura Moderna Cearense [ICAU/UFC]	Clovis R. Jucá Neto e outros
		Artigo 4º SIAAD			O site inventário cearense de arquitetura e urbanismo [ICAU]	Margarida Andrade e outros
MG	[6]	Artigo 8º Docomomo + Livro + Site			Documentação e preservação patrimônio modernista, Cataguases	Paulo H. Alonso, Leonardo Castriota
					Arquitetura modernista Cataguases: guia do patrimônio cultural	Paulo H. Alonso e outros
PB	[7]	Artigo 2º SIAAD			O edifício como documento: o caso do inventário dos edifícios da DVOP	Guiluh Naslavski, Érika Diniz
PE	[8]	Artigo 12º Docomomo			Inventário Acácio Gil Borsoi	Fernando Diniz e outros
PI	[9]	Artigo 2º SIAAD			Documentação da Arquitetura Moderna no Piauí	Alcília Afonso
		Artigo 9º Docomomo + Livro			Documentos da Arquitetura Moderna no Piauí	Ana Rosa Negreiros, Alcília Afonso
RS	[10]	Artigo 2º SIAAD			Inventário dos bens edificados da UFSM	Bruno C. Pozzobon e outros
RJ	[11]	Artigo 8º Docomomo			Patrimônio moderno saúde e desafios para a sua valorização [RJ]	Renato da Gama-Rosa
SC		Artigo 3º Docomomo			Arquitetura da Infraestrutura de Saúde em Santa Catarina – 1935-1945	Ana Albano Amora
		Artigo 8º Docomomo			Edifícios para a saúde e o processo de modernização em Florianópolis	Maria Agostinho, Ana Albano Amora
SE	[12]	Artigo 5º Docomomo			As Residências Modernistas em Aracaju nas Décadas de 50 e 60	Juliana Cardoso Nery
SP	[13]	Artigo IPHAN + Livro			Arquitetura Industrial em São Paulo	Ademir dos Santos, Denivaldo Leite
BR	[14]	Livro		Exceções		Inventário da produção pública no Brasil [1930-1964]
PE	[15]	Livro			Obituário Arquitetônico: Pernambuco Modernista	Luiz Amorim

**Legenda**

	Propostas de Inventário		Registro [Tipologia]
	Registro [Localidade]		Discussão Teórica
	Registro [Monográfico]	[00]	Nº de identificação do trabalho selecionado

Nota: SICG: Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão; IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; ICOMOS: Conselho Internacional de Monumentos e Sítios; Docomomo: Documentação e Conservação dos edifícios, sítios e bairros do Movimento Moderno; SIAAD: Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação; ICAU/UFC: Inventário da Arquitetura Moderna Cearense/Universidade Federal do Ceará; DVOP: Departamento de Viação e Obras Públicas; UFSM: Universidade Federal de Santa Maria.

Fonte: Adaptado de Guedes (2018).

**FIGURA 3** – Mapeamento dos artigos progressivamente selecionados junto aos eventos científicos.

Nota: Em azul escuro, os artigos selecionados para análise; em azul claro, os artigos descartados.

Fonte: Guedes (2018).



Ainda como parte do processo analítico dessas iniciativas, foi elaborado um quadro-síntese (*Quadro 2*). Observando, em cada uma das fichas de registro dos trabalhos escolhidos, os campos que eram comumente contemplados ou omitidos, partiu-se para a sistematização gráfica desses dados, o que permitiu uma visualização mais ampla e distanciada dessas informações e revelou pontos de reflexão importantes, quantitativos e qualitativos, abordados na sequência. Cabe ressaltar que toda sistematização apresentada no quadro foi realizada a partir da leitura e análise das fichas de inventariação e dos escritos disponíveis sobre essas iniciativas, seja nos artigos científicos, nos órgãos e organizações nacionais dedicados à preservação e/ou em livros publicados que trazem os resultados desses trabalhos.

A maioria das iniciativas listadas no quadro foram selecionadas por se autodenominarem inventários. As demais foram escolhidas para estudo porque: (1) o livro e *site* “Guia da arquitetura modernista de Cataguases”, coordenado por Paulo Henrique Alonso (ALONSO, 2012), relatou a necessidade prévia de elaboração de um “pequeno inventário” para facilitar sua elaboração; (2) o trabalho de registro das residências modernistas de Aracaju declarava como objetivo registrar as residências da produção moderna da cidade através de inventário; (3) o trabalho de documentação da arquitetura moderna do Piauí também declarava a realização de inventários dessa produção no Estado;

**QUADRO 2** – Quadro-síntese produzido a partir da análise individual dos inventários de arquitetura moderna produzidos no Brasil.

Iniciativas de inventariação selecionadas para análise		Critérios de análise														
		1 – SICG/IPHAN	2 – Docomomo Brasil	3 – ICOMOS	4 – Docomomo BA	5 – ICAU/CE	6 – Guia Cataguases	7 – Inventário DVOP/PB	8 – Inventário Borsói	9 – Arquitetura moderna Piauí	10 – Inventário UFSM	11 – Inventário saúde	12 – Resid. modernas Aracaju	13 – Patrimônio industrial	14 – Habitação pública	15 – Obituário PE modernista
1	Se autodenomina inventário	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓			✓	
2	Conceituação do instrumento inventário	✓										✓				
3	Definição dos objetivos do instrumento										✓					
4	Descrição da metodologia do instrumento		✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓		✓			
5	Sujeito, lugar e discurso [postura crítica]		✓	✓	✓	✓				✓		✓	✓		✓	✓
6	Justificativas: elaboração do inventário		✓	✓		✓	✓		✓	✓	✓	✓				
7	Justificativas: seleção das obras						✓	✓			✓			✓	✓	✓
8	Fotografias externas	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
9	Fotografias internas						✓		✓	✓			✓	✓		✓
10	Mapas / plantas de localização	✓		✓	✓	✓				✓	✓		✓	✓		
11	Fotografias atuais	✓		✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓
12	Fotografias antigas		✓			✓		✓	✓			✓		✓	✓	✓
13	Desenhos técnicos		✓			✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
14	Redesenhos					✓	✓			✓	✓		✓	✓	✓	✓
15	Clareza nos campos da ficha			✓		✓	✓	✓			✓		✓		✓	✓
16	Campos objetivos	✓	✓		✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓		✓	✓
17	Campos analíticos	✓	✓	✓	✓	✓			✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
18	Campos de múltipla escolha						✓			✓	✓					
19	Análise histórica	✓	✓	✓	✓			✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
20	Análise formal e técnico-construtiva		✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
21	Análise relação obra-lote-entorno		✓								✓					
22	Identificação obra, autor, datas, local etc.	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
23	Descrição alterações projeto-obra		✓									✓		✓		
24	Descrição de alterações subsequentes		✓	✓	✓			✓		✓		✓	✓		✓	✓
25	Descrição da relação obra-condicionantes legais e climáticos								✓					✓		
26	Preocupação com valor e significância		✓	✓	✓			✓				✓				
27	Preocupação com visibilidade e divulgação	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
28	Preocupação patrimonial	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓
29	Enfatiza características produção moderna		✓			✓	✓		✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓
30	Instruções para preenchimento			✓							✓					
31	Identificação do relator da ficha		✓	✓	✓	✓				✓	✓	✓	✓		✓	
32	Definição estado proteção e conservação	✓	✓	✓	✓			✓		✓	✓	✓	✓			

Nota: Marcadores em campos azuis representam trabalhos que atenderam aos critérios correspondentes; enquanto marcadores em campos brancos representam trabalhos que indicaram a adoção de uma metodologia pré-existente, mas não relataram como foram elaboradas e/ou utilizadas; SICG/IPHAN: Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Docomomo: Documentação e Conservação dos edifícios, sítios e bairros do Movimento Moderno; ICOMOS: Conselho Internacional de Monumentos e Sítios; BA: Bahia; ICAU/CE: Inventário da Arquitetura Moderna Cearense/Ceará; SIAAD: Seminário Ibero-Americano Arquitetura e Documentação; DVOP/PB: Departamento de Viação e Obras Públicas/ Paraíba; UFSM: Universidade Federal de Santa Maria; Resid: Residências.

Fonte: Adaptado de Guedes (2018).

(4) os autores da iniciativa de registro da arquitetura industrial de São Paulo afirmaram que a pesquisa tinha como meta a produção de um inventário sistemático da Arquitetura Industrial Moderna na Região do ABC, organizado a partir de fichas de identificação aplicadas às obras arquitetônicas previamente escolhidas; (5) o livro “Obituário Arquitetônico: Pernambuco Modernista” (AMORIM, 2007) foi escolhido para ser analisado pela sutil semelhança conceitual entre os termos obituário e inventário e pela preocupação patrimonial nele apresentada.

Dois trabalhos que se autodenominaram inventários (*Quadros 1 e 2*) detiveram particular atenção: o *Site*-inventário Acácio Gil Borsó e o livro “Inventário da Produção Pública no Brasil entre 1930 e 1964” (BONDUKI; KOURY, 2014). Apesar das semelhanças formais com os inventários tradicionais e dos incontestáveis resultados alcançados, conceitualmente essas iniciativas se aproximaram mais de organizações e sistematizações de acervos e pesquisas científicas, o que expõe a inconsistência conceitual ou mesmo a multiplicidade de significados que esse instrumento pode abarcar. Para reunião e organização de todo o material coletado, as equipes envolvidas nessas duas iniciativas fizeram uso de “fichas”, como um roteiro a ser seguido; todavia, a presença destas fichas também não pode ser considerada suficiente para configurar o trabalho como um inventário, entendido principalmente como um instrumento de preservação das obras, finalidade não declarada nas citadas iniciativas.

O IPHAN e o Inventário do Patrimônio da Saúde foram as únicas iniciativas a “conceituar” o instrumento “inventário” (*Quadro 2*). Duas conceituações do IPHAN foram localizadas no seu portal oficial: uma primeira, já exposta como matriz conceitual, e uma segunda definição, correspondente ao verbete elaborado por Lia Motta e Maria Beatriz Rezende (MOTTA; REZENDE, 2016). O Inventário do Patrimônio da Saúde adotou, por sua vez, uma definição elaborada por Marcos Paulo Miranda (MIRANDA, 2008), também utilizada como matriz conceitual.

Foi notória a preocupação com a inventariação da arquitetura moderna produzida no Brasil, justificada comumente por sua crescente perda e/ou descaracterização. No entanto, a ausência de discussões sobre o conceito, o conteúdo e a forma que os inventários deveriam possuir para atingir seus objetivos – seja a preservação, o conhecimento, a visibilidade, e/ou a valorização, entre outros. Alguns dos trabalhos analisados apontaram os objetivos do artigo, do livro, da pesquisa, do *site*, mas não do instrumento em si.

Ainda de acordo com a *Quadro 2*, nenhum dos trabalhos explicou a “metodologia” utilizada para inventariação. Dentre os trabalhos produzidos em eventos científicos, sete citaram a inspiração ou a adoção de uma metodologia pré-existente – algumas das iniciativas analisadas declararam a adoção de metodologias já aplicadas por órgãos de documentação, outros adotaram modelos de fichas aplicadas a registros analíticos de obras de arquitetura moderna –, mas não houve a descrição ou explanação de como essas metodologias haviam sido elaboradas ou utilizadas, quais os conceitos, as bases teóricas e/ou os critérios adotados.



Foi possível observar que os “sujeitos” organizadores dessas iniciativas de inventariação estavam vinculados, sobretudo, à academia e/ou aos órgãos e organizações ligados à preservação, e que o “lugar” em que estavam situados determinava claramente o tom de seus “discursos”.

As “justificativas para a seleção das obras” que compuseram os inventários eram pouco frequentes e comumente só se tornavam mais claras quando a delimitação do universo estava circunscrita, como foi o caso da iniciativa de número 7 (*Quadro 1*), de registro das obras conduzidas pelo Departamento de Viação e Obras Públicas na capital da Paraíba. Na maioria dos trabalhos, por mais óbvias que parecessem essas seleções, permanecia a ausência de critérios e uma certa arbitrariedade.

Todos os trabalhos analisados apresentaram pelo menos uma “fotografia geral externa” da edificação inventariada, o que, evidentemente, não é considerado suficiente para a preservação. Mais da metade dos trabalhos apresentaram “mapas de localização” das obras. No Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), as edificações registradas, ainda que parcialmente, estavam georreferenciadas, o que permitia sua localização e visualização. “Fotografias dos espaços internos” das obras inventariadas, contudo, eram bem menos frequentes. Menos da metade das iniciativas as expuseram. Essa omissão nos inventários da produção moderna mostrou-se reveladora, visto que a espacialidade gerada no interior dos exemplares dessa produção sempre representou um valor particular e incontestável, digno de registro e preservação.

Onze iniciativas optaram por apresentar “fotografias recentes” das obras e oito escolheram apresentar “fotografias antigas”, principalmente do período em que essas construções foram concluídas. Quatro das quinze iniciativas de registro analisadas apresentaram fotografias antigas e atuais concomitantemente, o que permitiu comparações e a visualização das alterações ocorridas nas edificações ao longo dos anos. No entanto, essas quatro iniciativas representam um número muito pequeno na totalidade dos trabalhos analisados, dada a necessidade de se perceber e registrar a espessura do tempo sobre esses exemplares. Essa é uma questão que desperta particular atenção, pois trata-se de uma recomendação recorrente nos escritos teóricos clássicos e nas cartas patrimoniais analisadas.

Onze iniciativas apresentaram “desenhos técnicos” das obras inventariadas (plantas, cortes, fachadas, perspectivas etc.), principalmente aquelas coordenadas por pesquisadores vinculados à academia. Correspondiam a desenhos originais ou mesmo redesenhos feitos a partir dos desenhos originais e tinham como finalidade padronizar os trabalhos, melhorar a qualidade das imagens ou mesmo serem usadas em estudos analíticos. Novamente, despertou particular atenção a ausência desses desenhos nas fichas do SICG/IPHAN e do ICOMOS, assim como em alguns inventários que tiveram como parâmetro a ficha mínima do Docomomo, haja vista a importância das soluções e dos arranjos espaciais para a produção moderna.

De um modo geral, a maioria das fichas de inventariação analisadas no trabalho demonstrou “preocupação gráfica”, principalmente aquelas oriundas de grupos acadêmicos de pesquisa. Contudo, aquelas elaboradas pelos órgãos de preservação, ou nelas inspiradas, foram as que menos se esmeraram nesse aspecto a fim de deixar a ficha mais compreensível e atrativa ao leitor. Em alguns trabalhos analisados, as imagens tinham peso e voz; falavam por si. O uso desses recursos gráficos para fins de documentação foi largamente indicado por estudiosos da preservação e do restauro como, por exemplo, Camillo Boito e Gustavo Giovanoni. Nas cartas do Restauro e de Burra também constam orientações para a ampla utilização de recursos gráficos e fotográficos como meios para a preservação.

“Campos de múltipla escolha”, comuns em fichas de registro de produções precedentes, estão se tornando cada vez menos frequentes. Sua presença nos inventários da produção moderna nacional analisados foi pouco expressiva, sendo observada em apenas três deles. Observou-se grande ênfase aos “campos de caráter mais descritivo” – de respostas curtas e objetivas –, “e/ou analítico”, onde se encontravam expostas as narrativas, opiniões e discursos do indivíduo ou grupo relator da ficha. Doze dos quinze trabalhos analisados apresentaram uma análise ou uma “descrição histórica” da obra. Algumas iniciativas que tinham por finalidade a veiculação das informações acerca das obras de forma mais sucinta, através de livros e/ou portais de *internet*, não contemplaram análises históricas das obras em suas “fichas”.

“Análises formais, funcionais e técnico-construtivas” das obras inventariadas nas fichas apareceram, sobretudo, nos trabalhos coordenados por profissionais vinculados à academia. Esse tipo de abordagem variava muito nos trabalhos estudados e não seguia, necessariamente, padrões ou regras pré-estabelecidos. Interessante observar que, nessas análises, evidenciavam-se com clareza as características e especificidades modernas das obras registradas: jogos de volumes, modulações estruturais, planta livre, pilotis, tetos planos, interação interior-exterior através de grandes aberturas translúcidas, o uso de materiais, técnicas e tecnologias inovadoras para a época, de *brises-soleils* e *cobogós*, entre outras.

A descrição da “relação” da obra inventariada “com o seu lote e com o entorno”, entretanto, foi algo bastante negligenciado nos trabalhos analisados, o que deteve atenção especial, pois a produção moderna propunha mudanças sensíveis nessas relações. Várias edificações modernas, por exemplo, eram total ou parcialmente elevadas do solo através dos pilotis e recuadas em relação aos limites do terreno e, em muitas situações, a relação que a edificação inventariada estabelecia com as obras existentes no seu entorno também era bem particular, harmonizando-se ou contrastando fortemente com esse entorno. Nesse ponto, novamente a omissão revela a existência de uma importante lacuna nos inventários da produção moderna, já que apenas um dos trabalhos mencionou a preocupação em retratar o entorno das edificações – o que ainda ocorreu

de forma superficial e pouco analítica, tanto textual como graficamente. Essa omissão contraria proposições presentes em alguns estudos teóricos clássicos, como as considerações relativas ao entorno e à ambiência, defendidas principalmente por Gustavo Giovanonni (KÜHL, 2013) e por várias cartas patrimoniais, além de ignorar essa importante particularidade da produção moderna.

Apenas quatro trabalhos demonstraram preocupações em relatar o processo de construção desses edifícios, os obstáculos enfrentados, as adaptações e alterações que se fizeram necessárias e repercutiram em “diferenças entre o projeto arquitetônico e o objeto construído”, eventos muito comuns. Em muitos casos, inclusive, as alterações entre o projeto original e o objeto construído afetaram sensivelmente o resultado final da obra, tanto em seus aspectos materiais como imateriais. Prudon (2008) afirma inclusive que questões de ordem material e imaterial são centrais e polêmicas em edifícios modernos, com implicações diretas nos princípios e práticas das teorias tradicionais de preservação, pois a preservação da arquitetura moderna requer uma mudança de foco, uma atenção especial para expressões intangíveis manifestadas em edifícios modernos. O autor afirma ainda que a significância da arquitetura moderna gravita em torno de seu aspecto conceitual, da intenção projetual do arquiteto, e não apenas em aspectos estritamente físicos e materiais do edifício. Na grande maioria dos trabalhos analisados ainda se percebeu grande ênfase na descrição da materialidade, integridade e autenticidade das obras.

Nove iniciativas relataram em suas fichas de inventariação a ocorrência de “modificações subsequentes” ou a incidência da espessura do tempo sobre as obras registradas. Essa preocupação esteve presente, principalmente, nas iniciativas que utilizaram as fichas completas do Docomomo como modelo ou que nelas se inspiraram. Importante ressaltar que, em alguns dos trabalhos analisados, inclusive, a presença de alterações significativas nas obras foi critério de eliminação delas do “inventário”, como no “Guia da arquitetura modernista de Cataguases” (ALONSO, 2012) e, em outros, foi critério de seleção – livro “Obituário arquitetônico: Pernambuco modernista”.

Somente duas iniciativas demonstraram preocupação em descrever a “relação estabelecida entre a obra inventariada e os condicionantes legais e climáticos”. Quando verificada, essa narração aconteceu ainda de forma superficial, não se configurando, exatamente, como uma análise dessa relação e de seus impactos sobre o projeto, de modo a ressaltar elementos e decisões dessa natureza peculiares à produção moderna nacional.

Em cinco iniciativas de inventariação foram identificados o campo “avaliação” – técnica, social, cultural, estética e histórica –, nas quais declarava-se a utilização dos modelos de ficha divulgados pelo Docomomo Internacional. Esse campo representa avanços significativos em relação às fichas do SICG/IPHAN, por exemplo, e revelaram-se necessários nas fichas da produção moderna, especificamente para atestar a aceitação, o reconhecimento e a preservação de seus exemplares, nem sempre contemplados por órgãos e organizações

patrimoniais mais conservadores. Mas, por outro lado e, estranhamente, as referidas fichas foram as que apresentaram a menor exploração de recursos gráficos, apesar do acesso a fotografias, desenhos e projetos originais dessa produção recente ser teoricamente mais fácil.

No que diz respeito à preocupação com a “visibilidade” e a “divulgação” das obras registradas e do próprio inventário, pode-se afirmar que todos os trabalhos analisados demonstraram-na. Da mesma forma que a omissão despertou algumas ressalvas, a presença expressiva de inquietações nos inventários analisados trouxe à tona informações relevantes, como a associação direta entre esse instrumento de preservação e documentação e a necessidade de sua divulgação, o que ratifica a visibilidade como um dos seus objetivos intrínsecos, capaz de contribuir decisivamente para o reconhecimento, a valorização e a preservação do objeto inventariado. Esse tipo de recomendação foi muito frequente nas cartas patrimoniais consultadas como, por exemplo, na Declaração de Amsterdã de 1975 (DECLARAÇÃO..., 2004).

A grande maioria dos trabalhos analisados manifestou “preocupação patrimonial”. Como mencionado, esse era, inclusive, um dos critérios para a seleção dessas iniciativas junto à maioria das fontes apontadas, pois entendeu-se, desde a construção do conceito de inventário, que a preocupação patrimonial deveria ser um dos objetivos primordiais desse tipo de documentação arquitetônica.

Quanto à ênfase, nas fichas de inventariação, “às características específicas da produção moderna”, dez das quinze iniciativas analisadas demonstraram, de algum modo, essa preocupação. Pode-se afirmar que essa ênfase aconteceu mais de forma gráfica do que textual. As fotografias, externas e internas, comumente ressaltavam os aspectos modernos das obras, valorizando seus elementos estruturais e/ou plástico-formais, detalhes construtivos, soluções arquitetônicas, o emprego de materiais inovadores, a relação interior-exterior etc.

Praticamente nenhum dos trabalhos de inventariação analisados apresentou “instruções para o preenchimento de suas fichas” ou mesmo explicações para campos cujos cabeçalhos não eram muito claros. Novamente, essa lacuna torna-se compreensível diante da exígua discussão da ficha de inventariação em si e, novamente, atesta a não faculdade dessa atividade ao público em geral, estando o preenchimento muitas vezes restrito a estudantes, pesquisadores e profissionais e “dispensando” instruções mais formalizadas. O contato com os coordenadores dos trabalhos expôs o interesse em divulgar os inventários em variadas mídias, mas, em alguns casos, essa tarefa não foi levada adiante sendo vencidas pelo cansaço e pelas dificuldades encontradas pelo caminho.

Em nove das quinze iniciativas verificou-se o campo para “identificação do relator da ficha”. Trata-se de um número significativo, e a presença desse campo representa um avanço em relação às fichas de registro de produções precedentes. A preocupação em designar o sujeito, para além da autoria da ficha, denota a compreensão de que o sujeito, o lugar de onde fala e o discurso que

propaga são parte importante no processo de inventariação de qualquer obra, pois suas impressões e opiniões são reveladoras e mostram que os inventários também são instrumentos capazes de elucidar o pensamento patrimonial de determinado tempo e espaço.

Com relação à “definição do estado de proteção e conservação” das obras inventariadas, a maioria das fichas analisadas apresentaram campos dessa natureza. Esse tipo de informação já estava presente nos primeiros inventários de bens culturais franceses, derivados da publicação *“Instruction sur la manière d’inventorier et de conserver”* (VICQ-D’AZYR; LINDET; BOUQUIER, 1793). Compreende-se sua importância, mas entende-se que esta informação perde parte do seu sentido quando sua atualização nas fichas não acompanha o processo de degradação das obras inventariadas, episódio comum nas iniciativas nacionais de registro e documentação de bens culturais. Cabe, por fim, acrescentar que a maioria das obras inventariadas nas fichas selecionadas para análise ainda não foi reconhecida nacionalmente como patrimônio e que ainda há um longo caminho a percorrer para o reconhecimento e a preservação da produção moderna nacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo deste trabalho foi apresentar os resultados preliminares alcançados a partir da análise de fichas de inventariação de arquitetura moderna produzidas no Brasil. Partiu-se da premissa de que os inventários são instrumentos de registro relevantes e capazes de desempenhar um importante papel na preservação, pois sua utilização é bastante aconselhada por órgãos, organizações e legislações patrimoniais como medida de salvaguarda de bens móveis e imóveis, materiais e imateriais.

As reflexões expostas ao longo deste trabalho expuseram, todavia, alguns dilemas e pontos de discussão acerca dos inventários da produção moderna. No tópico “Discussão Analítica” foram apresentados alguns desses pontos, construídos a partir do cotejo entre o referencial teórico e o objeto empírico.

Verificou-se, sucintamente, na maioria das iniciativas de inventariação analisadas, preocupações com o registro da produção moderna face à perda e descaracterização de seus exemplares; o relato de modificações subsequentes ocorridas nas obras; a visibilidade e a divulgação dos inventários; o registro gráfico de características específicas da produção moderna; a identificação do relator da ficha; a definição do estado de proteção e conservação e a descrição de aspectos tangíveis e intangíveis das obras da produção moderna, principalmente nas iniciativas inspiradas nos modelos difundidos pelo Docomomo.

Todavia, destacam-se alguns aspectos ainda pouco discutidos nas iniciativas nacionais de inventariação e carentes de um debate ampliado: a conceituação do instrumento, de seus objetivos, metodologias e justificativas; a exploração de recursos gráficos e fotográficos capazes de demonstrar e



avaliar a espessura do tempo sobre as obras modernas; a descrição da relação da obra com distintas escalas urbanísticas; o relato de ocorrências no processo de construção, que implicaram em diferenças entre o projeto original e o objeto construído; o registro das soluções arquitetônicas adotadas a partir dos condicionantes legais e climáticos e da espacialidade das obras modernas; e a participação do público nos processos de inventariação e de escolha dos exemplares, ainda bastante restrita aos profissionais vinculados à academia e/ou aos órgãos e organizações nacionais dedicados à preservação.

Essas percepções enunciam debates e reflexões valiosas acerca da prática e da produção dos inventários, e a importância dessas percepções parte do pressuposto de que é preciso avançar, dar passos mais largos e firmes nos processos de documentação e preservação da produção arquitetônica moderna, compreendendo e contemplando suas especificidades e evitando reproduzir processos que se naturalizam no tempo e no espaço, sem reflexões mais aprofundadas, e entendendo ainda que o inventário, quando bem feito, é um relevante instrumento de proteção dos bens culturais.

## NOTAS

1. Artigo elaborado a partir da tese de K. A. GUEDES, intitulada "Inventários de arquitetura moderna no Brasil: desnaturalizando uma prática estabelecida". Universidade Federal da Paraíba, 2018.
2. Não foi localizada conceituação do que se entende por inventário nos sites do Docomomo Internacional, nem do Docomomo Brasil, apesar dessa prática estar entre suas principais missões/ações. Também não há explicação sobre o que se entende por inventário no Estatuto Nacional do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS/Brasil), apesar do órgão também recomendar claramente seu uso no Art.3º, § IV.
3. Os inventários são "instrumentos de preservação" que buscam identificar as diversas manifestações culturais e "bens de interesse de preservação", de natureza imaterial e material. O principal objetivo é compor um "banco de dados" que possibilite a "valorização" e "salvaguarda", "planejamento" e "pesquisa", "conhecimento" de potencialidades e "educação patrimonial" (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, c2014).
4. O vocábulo inventário tem origem latina (*inventarium*) e significa: (1) Catálogo, registro, rol dos bens deixados por alguém que morreu ou de pessoa viva em caso de sequestro etc.; (2) documento em que se acham inscritos e descritos esses bens; (3) [Direito] processo no qual são enumerados os herdeiros e relacionados os bens de pessoa falecida, a fim de se apurarem os encargos e proceder-se à avaliação e partilha da herança; (4) avaliação de mercadorias; balanço; (5) registro, relação, rol; (6) longa enumeração; e (7) descrição pormenorizada (INVENTÁRIO, c2021).
5. O Poder Público, com a colaboração da comunidade, "promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários", registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras "formas de acautelamento e preservação" (BRASIL, 1988, *online*).
6. O inventário consiste na "identificação" e "registro", por meio de "pesquisa" e levantamento das "características" e "particularidades" de determinado bem, adotando-se, para sua execução, "critérios técnicos objetivos e fundamentados" de natureza "histórica, artística, arquitetônica, sociológica, paisagística e antropológica", entre outros. Os resultados dos trabalhos de pesquisa para fins de inventário são registrados normalmente em "fichas" onde há a "descrição sucinta" do bem cultural, nas quais constem informações básicas quanto à "importância,

histórico, características físicas, delimitação, estado de conservação, proprietário" etc. Assim, o inventário tem natureza de "ato administrativo declaratório restritivo" porquanto importa no "reconhecimento, por parte do poder público", da "importância cultural" de determinado bem, daí passando a derivar outros efeitos jurídicos objetivando a sua "preservação" (MIRANDA, 2008).

## REFERÊNCIAS

- ALONSO, P. H. (coord.). *Guia da arquitetura modernista de Cataguases*. 2. ed. Cataguases: Instituto Cidade de Cataguases, 2012.
- AMORIM, L. M. E. *Obituário arquitetônico: Pernambuco modernista*. Recife: UFPE, 2007.
- AZEVEDO, P. O. Por um inventário do patrimônio cultural brasileiro. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 22, p. 82-85, 1987. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat22\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat22_m.pdf). Acesso em: 31 maio 2017.
- BOITO, C. *Os restauradores*. 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.
- BONDUKI, N.; KOURY, A. P. Inventário da produção pública no Brasil entre 1930 e 1964. In: BONDUKI, N.; KOURY, A. P. (org.). *Os pioneiros da habitação social no Brasil*. São Paulo: Edições Sesc, 2014. v. 2, p. 1-512.
- BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Casa Civil, 1988. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10647933/artigo-216-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em: 30 jul. 2014.
- CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2001.
- DE CERTEAU, M. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- DECLARAÇÃO de Amsterdã (1975). In: CURY, I. (org.). *Cartas patrimoniais*. 3. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. p. 199-210.
- DOCOMOMO BRASIL. Rio de Janeiro: Docomomo Brasil, 2016. Disponível em: <http://docomomo.org.br/>. Acesso: 5 jun. 2014.
- DOCOMOMO INTERNACIONAL. Lisboa: Docomomo Internacional, c2021. Disponível em: <http://www.docomomo.com>. Acesso: 5 jun. 2014.
- DVOŘÁK, M. *Catecismo da preservação dos monumentos*. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.
- GINZBURG, C. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GUEDES, K. A. *Inventários de arquitetura moderna no Brasil: desnaturalizando uma prática estabelecida*. 2018. 327 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.
- INSTITUTO DA HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA. *Patrimônio arquitectónico: geral*. Lisboa, IHRU, 2010. (Kits Patrimônio, n. 1, versão 2.0). Disponível em: [http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/patrimonio\\_imovel/inventario/kit01.pdf](http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/patrimonio_imovel/inventario/kit01.pdf). Acesso em: 13 abr. 2018.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Brasília: IPHAN, c2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acesso: 5 jun. 2014.
- INVENTÁRIO. In: Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Melhoramentos, c2021. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br>. Acesso em: 23 jul. 2014.
- KÜHL, B. M. (org.). *Gustavo Giovanoni: textos escolhidos*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.
- MIRANDA, M. P. S. O inventário como instrumento constitucional de proteção ao patrimônio cultural brasileiro. *Jus Navigandi*, ano 13, n. 1754, não paginado, 2008. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/11164>. Acesso em: 23 out. 2017.

MOTTA, L.; REZENDE, M. B. Inventário. In: GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. (org.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Invent%C3%A1rio%20pdf.pdf>. Acesso em: 9 out. 2017.

OLIVEIRA, M. M. *A documentação como ferramenta de preservação da memória*. Brasília: Programa Monumenta/IPHAN, 2008.


PRUDON, T. *Preservation of modern architecture*. New York: John Wiley, 2008.

RIEGL, A. *O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem*. São Paulo: Perspectiva, 2014.

SANTOS, H. *Sistema de informações do patrimônio histórico da cidade de Mucugê, Bahia*. 2014. 169 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

VICQ-D'AZYR, F.; LINDET, T.; BOUQUIER. *Instruction sur la manière d'inventorier et de conserver, dans toute l'étendue de la République, tous les objets qui peuvent servir aux arts, aux sciences et à l'enseignement, proposée par la Commission temporaire des arts, et adoptée par le Comité d'instruction publique de la Convention nationale*. Paris: L'Imprimerie Nationale, 1793. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6575239f/f10.item>. Accès en: 5 juin 2017.

## KALINE ABRANTES GUEDES

 <https://orcid.org/0000-0002-5220-799X> | Universidade Federal da Paraíba, Centro de Tecnologia | Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo | Campus I, Loteamento Cidade Universitária, 58051-900, João Pessoa, PB, Brasil | Correspondência para/Correspondence to: K. A. GUEDES | E-mail: [kaline.abrantes@gmail.com](mailto:kaline.abrantes@gmail.com)

## NELCI TINEM (in memoriam)

 <https://orcid.org/0000-0003-3202-0906> | Universidade Federal da Paraíba, Centro de Tecnologia, Departamento de Arquitetura e Urbanismo. João Pessoa, PB, Brasil.

## COLABORADORES

K. A. GUEDES colaborou na concepção, análise e interpretação dos dados e N. TINEM (*in memoriam*) colaborou com a revisão e aprovação da versão final do artigo.

## COMO CITAR ESTE ARTIGO/HOW TO CITE THIS ARTICLE

GUEDES, K. A.; TINEM, N. Uma mirada sobre a produção de inventários de arquitetura moderna no Brasil. *Oculum Ensaios*, v. 18, e214690, 2021. <https://doi.org/10.24220/2318-0919v18e2021a4690>

RECEBIDO EM

25/7/2019

REAPRESENTADO EM

31/3/2020

APROVADO EM

12/5/2020